



Rainforest Alliance Certified™

Relatório de Auditoria para Fazendas

Resumo Público

Rio Brilhante Café de Origem - Fazenda Rio Brilhante Café, Fazenda Pirulito Café e Fazenda Bom Jesus



maflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

Estrada Chico Mendes, 185
Piracicaba – SP – Brasil
CEP 13426-420
Telefone: 55 19 3429 0800

Email: pca@imaflora.org

Produto(s) da fazenda: Café

Data do Resumo Público: 13/04/2018

Data do envio do relatório: 26/03/2018

Data do início da auditoria: 12/03/2018

Data do final da auditoria: 14/03/2018

Auditor(es): Edson Roberto Teramoto

(auditor líder)

Revisor: Daniella Macedo

1. Resumo de auditoria

1.1. Resumo de resultados (público)

Fazenda

Resultados			
Resultado da Auditoria		Não Aplica	Certificação
Pontuação	Critérios Críticos	-	100,00%
	Nível C	-	100,00%
	Nível B	-	-
	Nível A	-	-

1.2. Conclusão da equipe auditora (público)

A equipe de auditores conclui que a fazenda Rio Brilhante Café de Origem - Fazenda Rio Brilhante Café, Fazenda Pirulito Café e Fazenda Bom Jesus CUMPRE com a versão vigente dos documentos normativos da Rede de Agricultura Sustentável. A decisão é de responsabilidade do Organismo de Certificação

2. Auditoria (público)

2.1. Documentos normativos utilizados

Esta auditoria foi conduzida com base nos seguintes documentos normativos da Rede de Agricultura Sustentável, aplicáveis conforme o escopo:

- X Regras de certificação, Julho 2017 (Versão 1.2)
- X Norma RAS para Agricultura Sustentável, Julho 2017 (Versão 1.2)
- X Lista RAS para Gestão de Agroquímicos, Julho 2017 (Versão 1.2)

2.2. Escopo (público)

Esta auditoria inclui a avaliação de desempenho social e ambiental da(s) fazenda(s) com respeito aos critérios aplicáveis dos documentos normativos da Rede de Agricultura Sustentável. As áreas e cultivos incluídos no escopo da certificação são indicados no seguinte quadro:

Escopo da propriedade e uso da terra (ha)	
Ambiental	
Áreas de Conservação (Reserval Legal)	457,55
Área de Proteção Permanente (APP)	114,28
sub total	571,83
Cultivos Certificados	
Café	1094,00
sub total	1.094,00
Outras Áreas	
Eucaliptos	6,93
Cerrado	47,59
Mogno	4,65
Outros usos	148,83
Infra estruturas	61,24
Outras estruturas*	-
sub total	269,24
Total do Escopo	1.935,07

(*) altere o tipo de uso se necessário

2.3. Acordo de confidencialidade (público)

A equipe auditora que elaborou este documento assume o compromisso de confidencialidade ante a fazenda auditada no manejo e uso da informação das propriedades, adquirida durante o transcurso da auditoria. O organismo de certificação contratado mantém cópias das declarações de confidencialidade assinadas pelos auditores e equipe.

2.4. Resumo público

A descrição geral da propriedade, da auditoria (escopo e equipe auditora), assim como as não conformidades identificadas durante a presente auditoria estará disponível ao público no portal eletrônico do Organismo de Certificação contratado.

3. Descrição de não conformidades

3.1. Fazenda

Critério	Auditoria Anterior	Auditoria Atual	Não Conformidade (público)
1.1		Cumpre	É feita e documentada uma avaliação inicial da fazenda. Esta avaliação é revisada e atualizada pelo menos uma vez por ano. A avaliação inclui: um mapa da fazenda que indica a localização de cada parcela de produção; os caminhos, edifícios e outras infraestruturas; os ecossistemas naturais; e os usos das terras vizinhas, incluindo as áreas protegidas; uma delimitação da extensão geográfica do certificado; informação sobre cada parcela de produção, que inclua o tipo e a variedade dos cultivos e pastagens; densidade dos cultivos e do rebanho; idade ou etapa de renovação dos cultivos perenes e ciclo de rotação dos cultivos anuais; e nível de produção; uma classificação da área total da fazenda, área total de produção e área total de ecossistemas naturais.
1.2		Cumpre	São mantidos registros e são descritos métodos de cálculo que demonstrem que o volume total do produto certificado vendido não excede o volume colhido na fazenda, ou recebido de outras fazendas certificadas. São mantidos registros que demonstrem que somente os produtos de fazendas certificadas são declarados como certificados.
1.3		Cumpre	Os produtos colhidos, recebidos, processados, misturados, armazenados, embalados, etiquetados ou manejados nas instalações da fazenda mantêm sua integridade de acordo com a declaração. O recebimento do produto de fazendas certificadas, com certificado múltiplo e não certificadas, é registrado com a origem, data, tipo e volume do produto. Se os produtos certificados, com certificado múltiplo e não certificados são manejados juntos, todos aqueles que possuam declaração de certificação podem ser identificados.
1.4		Cumpre	Uma avaliação de impacto ambiental e social independente (ESIA) é realizada antes de uma conversão de terra ou antes do desenvolvimento ou expansão da infraestrutura da fazenda, quando assim o requeira a lei aplicável ou quando as mudanças propostas excedam os parâmetros Rainforest Alliance ESIA. O ESIA inclui planos e procedimentos escritos para minimizar e mitigar qualquer impacto negativo e potencializar os impactos positivos. A administração da fazenda implementa e monitora os planos ESIA durante as fases de instalação e operação do novo desenvolvimento.
1.5		Cumpre	A administração da fazenda documenta e implementa mecanismos para a seleção, supervisão e gestão de prestadores de serviços, para assegurar que estes cumpram com os critérios críticos aplicáveis desta norma, para aqueles trabalhos executados dentro do escopo da certificação. Quando um prestador de serviços processa, armazena, embala e/ou etiqueta produtos em nome de uma fazenda, o prestador de serviços possui um Certificado de Cadeia de Custódia Rainforest Alliance ativo.
1.6		Cumpre	A administração da fazenda demonstra compromisso com a certificação e com o cumprimento desta norma: a) São dedicados os recursos e é designado o pessoal responsável pelo desenvolvimento e implementação dos planos de gestão social e ambiental; b) São identificadas as leis aplicáveis dentro do escopo desta norma, são mantidos sistemas de cumprimento e são fornecidas confirmações escritas sobre este cumprimento; c) São realizadas avaliações regulares para medir o cumprimento com esta norma; d) De acordo com as avaliações, são ajustados os planos do sistema de gestão social e ambiental.
2.1		Cumpre	Áreas de alto valor de conservação não foram destruídas desde de 1 de novembro de 2005.
2.2		Cumpre	A fazenda conserva todos os ecossistemas naturais e não destruíram florestas ou outro ecossistemas naturais no período de 5 anos antes da data do pedido inicial para certificação.
2.3		Cumpre	As atividades de produção não degradam nenhuma área protegida.
2.4		Cumpre	Os animais ameaçados ou protegidos não são caçados nem sacrificados. Não se pratica a caça na fazenda.
4.1		Cumpre	Todas as formas de trabalho forçado, obrigatório ou escravo são proibidas, incluindo o uso de mão-de-obra de tráfico de pessoas e em condições de servidão, trabalho de prisioneiros ou soldados, uso de extorsão, dívida, ameaças, multas ou sanções monetárias.
4.2		Cumpre	Os trabalhadores são tratados com respeito, e em nenhuma circunstância são objeto de ameaças, assédio ou abuso sexual, nem maltrato verbal, físico ou psicológico.

4.3		Cumpre	Todas as formas de discriminação no emprego na contratação, treinamento, atribuição de tarefas, benefícios de trabalho, políticas e procedimentos de promoção e outras oportunidades para obter melhores condições, pagamento ou superação são proibidas, incluindo qualquer distinção, exclusão ou preferência que invalida ou prejudica a igualdade de oportunidades ou tratamento no emprego. Da mesma forma, o pagamento diferencial para homens e mulheres para uma tarefa de igual valor. De acordo com as Convenções 100 e 111 da OIT.
4.4		Cumpre	Os trabalhadores são tratados com respeito, e em nenhuma circunstância são objeto de ameaças, assédio ou abuso sexual, nem maltrato verbal, físico ou psicológico.
4.5		Cumpre	Todos os trabalhadores recebem pelo menos o salário mínimo legal ou o salário coletivamente negociado, o que for maior. A taxa de pagamento estabelecida para o trabalho por produção, quotas ou peças, permite aos trabalhadores ganhar pelo menos o salário mínimo, em comparação com um dia de trabalho padrão de 44 horas por semana em tarefas similares. Se, nessas condições, a taxa de pagamento não atinge o salário mínimo, é ajustada até chegar a ela. O pagamento em espécie não excede 30% do salário mínimo. Se os empregadores e as organizações de trabalhadores negociarem voluntariamente os salários, os montantes negociados se aplicam a todos os trabalhadores incluídos no contrato negociado. O treinamento exigido pela administração ocorre durante o horário normal de trabalho e é totalmente compensado. O custo do equipamento, ferramentas ou equipamentos de trabalho necessários para o desempenho do trabalho não é cobrado nem deduzido do salário dos trabalhadores.
4.6		Cumpre	São proibidas as piores formas de trabalho infantil, a saber: a) trabalho prejudicial para menores de idade; b) qualquer tipo de trabalho para crianças menores de 15 anos, pagas ou não, exceto aquelas que são realizadas local e tradicionalmente pelos menores com o objetivo de transmitir a cultura familiar ou local; c) o trabalho dos jovens trabalhadores durante o horário escolar obrigatório por lei; d) o trabalho dos jovens trabalhadores por mais de oito horas por dia e mais de 48 horas por semana; e) um horário de trabalho para jovens trabalhadores que os impede de terem 12 horas consecutivas de repouso e pelo menos um dia inteiro de repouso por cada seis dias consecutivos de trabalho; f) todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório ou de escravidão ou discriminação; g) venda e tráfico de menores; h) uso, recrutamento ou oferta de menores para prostituição, produção de pornografia ou representações pornográficas; i) o uso, recrutamento ou oferta de menores para outras atividades ilícitas.
4.7		Cumpre	Se forem contratados jovens trabalhadores, devem manter registros para cada um que inclua nome e sobrenome; prova confiável de sua data de nascimento; nome, sobrenome e domicílio ou lugar de contato do(s) pai(s) ou representante(s) legal(is); lugar de residência permanente do jovem trabalhador; matrícula e situação de frequência na escola; consentimento e autorização do(s) pai(s) ou representante(s) legal(is) para o tipo de trabalho ou tarefas designadas; e número de horas de trabalho diárias e semanais. Convenção OIT Idade Mínima N° 138
4.8		Cumpre	A administração da fazenda não se envolve em acordos ou práticas destinadas para eliminar ou reduzir a remuneração e os benefícios aos trabalhadores, tais como empregar trabalhadores temporários, ou por contrato para tarefas que são permanentes ou contínuas.
4.9		Cumpre	A administração da fazenda implementa um mecanismo de queixas ou reclamações para a proteção dos direitos dos trabalhadores. Os trabalhadores têm direito de obter o pagamento recebido e que suas objeções sejam revisadas e documentadas as decisões a respeito. Os trabalhadores não estão sujeitos à terminação de seu emprego, nem a represálias ou ameaças por ter utilizado os mecanismos de queixa ou reclamação. A administração da fazenda informa aos trabalhadores sobre seu direito a ter acesso a sistemas externos de queixa e reclamações, tais como as Entidades de Certificação Credenciados RA, a Secretaria RA ou as autoridades locais.
4.10		Cumpre	O número de horas da jornada regular para todos os trabalhadores não excede 44 horas por semana, com pelo menos um dia completo de descanso para cada seis dias consecutivos de trabalho. Os trabalhadores têm pelo menos uma pausa para refeição para cada seis horas trabalhadas.

4.11		Cumpre	Todas as horas extras são voluntárias. As horas extras de trabalho não devem dar como resultado uma jornada semanal de trabalho maior que 54 horas semanais, exceto em circunstâncias extraordinárias. Todas as horas extras são pagas à taxa exigida pela legislação aplicável, ou como negociada coletivamente, o que for maior. Na ausência de legislação aplicável para o pagamento das horas extras, as mesmas são pagas em 1,5 vezes o salário normal.
4.12		Cumpre	Produtores, trabalhadores e suas famílias têm acesso a água potável através de um dos seguintes meios: a) O acesso a um sistema público de água potável é fornecido; b) A água potável fornecida pela administração da fazenda e o administrador do grupo cumprem os Parâmetros do RA de água potável, com base em uma análise realizada antes de cada auditoria de certificação RA, ou em qualquer momento que um novo risco de poluição; tais fontes de água potável são protegidas e mecanismos de distribuição são mantidos para evitar a contaminação; c) No caso de grupos de pequenos produtores, o administrador do grupo implementa e documenta um programa de treinamento para instruí-los no tratamento da água potável, como fervura, filtragem ou cloração da água e como prevenir sua contaminação "
4.13		Cumpre	As casas fornecidas aos trabalhadores e suas famílias pela administração da fazenda cumprem o seguinte: a) ausência de ratos, insetos e animais nocivos, ou condições que favorecem suas populações e que possam causar doenças ou transportar parasitas transmissíveis de doenças; b) pisos secos; c) proteção contra chuva, vento ou condições climáticas frias; d) ausência de condições que representem ameaças iminentes à saúde ou à segurança dos ocupantes; e) um cadastro de trabalhadores e membros de suas famílias que vivem em moradias fornecidas pela administração; f) cama separada para cada trabalhador; g) portas com mecanismos de bloqueio.
4.14		Cumpre	O gerenciamento de fazenda desenvolve e implementa um plano de Saúde e Segurança no Trabalho (SSO). O plano de SST baseia-se em uma análise de risco realizada por um profissional ou organização competente para identificar e caracterizar os riscos de origem biológica, física e química para cada tipo de trabalho e para tarefas fisicamente exigentes. O plano de SST descreve e classifica os riscos em termos de frequência ou probabilidade de ocorrência e o potencial perigo ou impacto e indica a comunicação, treinamento, equipamento e procedimentos (incluindo exames médicos e primeiros socorros) necessários para a prevenção ou redução de riscos classificados como altos para a saúde do trabalhador ou de outras pessoas nas instalações da fazenda. O administrador da fazenda nomeia um funcionário do SSO responsável por assegurar a implementação do plano SSO.
4.15		Cumpre	A fazenda fornece aos trabalhadores o Equipamento de Proteção Individual (EPI), que é consistente com a Ficha de Dados de Segurança (SDS), a etiqueta de segurança ou outras instruções do produto, o que é mais rigoroso. Qualquer pessoa responsável pela mistura ou manuseio de pesticidas, fertilizantes, materiais perigosos ou outras substâncias químicas ou substâncias naturais para o controle de pragas que representem um possível risco dermatológico ou microbiológico, usa EPI.
4.16		Cumpre	A administração da fazenda treina todos os trabalhadores que manipulam ou entram em contato com pesticidas ou outras substâncias com potenciais riscos para a saúde.
4.17		Cumpre	São oferecidas instalações de banho para todos os responsáveis por pesticidas ou outras substâncias que representem riscos para a saúde. Esses atendentes tomam banho e mudam suas roupas uma vez que o cronograma diário termina e antes de sair do local de trabalho no final do dia útil. Todo o EPI para os trabalhadores é lavado e armazenado na fazenda e eles não entram nas casas dos trabalhadores.
4.18		Cumpre	As mulheres que estão grávidas, amamentando ou que tenham dado à luz recentemente não recebem atividades que representam um risco para a saúde da mulher, do feto ou da criança. Em caso de realocação de trabalho, não há redução na remuneração.
4.19		Cumpre	Demonstra-se o direito legítimo ao uso da terra mediante escritura de propriedade, de arrendamento, ou outros documentos oficiais, ou mediante documentação sobre direitos de usos tradicionais ou da comunidade.

4.20		Cumpre	As atividades que diminuem os direitos ao uso da terra ou dos recursos, ou os interesses coletivos das comunidades, são conduzidas somente depois de terem recebido o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) das comunidades. A administração da fazenda implementa mecanismos de queixa e reclamações para proteger os direitos dos membros da comunidade. Se a administração da fazenda diminuir os direitos sobre o uso da terra ou dos recursos da comunidade, ambas as partes negociam e acordam uma compensação de acordo com a perda do direito de uso, como parte do processo de CLPI. A administração da fazenda documentam completamente o processo de CLPI, incluindo mapas desenvolvidos durante o processo participativo, que indicam a localização, os limites, e os usos planejados das terras.
------	--	--------	--

Detalhes do empreendimento

Nome Legal	Inácio Carlos Urban e Outros, Erika Marina Carvalho Urban Rodrigues, Fernan		
Nome do grupo	Rio Brilhante Café de Origem - Fazenda Rio Brilhante Café, Fazenda Pirulito C		
Cidade	Coromandel	Estado	MG
País	Brasil		
Endereço da auditoria	Rodovia MG 188 Km 25 A Direita, Zona Rural		
Pessoa de contato	Carolina Lara Vasconcelos Ferreira		
Nome do representante legal	Noé Francisco Bartolomei Rodrigues		
Cargo	Diretor Executivo	Telefone	(34)3822-9900